

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-205-0

DOI 10.22533/at.ed.050202107

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês o volume 2 da Coletânea, “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, uma obra que totaliza 71 artigos e 3 volumes com textos diversos e plurais que discutem a educação a partir de várias perspectivas. Este volume está organizado em dois eixos com 12 artigos cada um, que mostram a conjuntura de investigações que foram desenvolvidas em vários contextos do Brasil, expandindo assim, a reflexão filosófica e o pensamento científico a partir da perspectiva educacional.

A Educação brasileira no cenário atual parece seguir sem perspectivas de avanços, haja vista a falta de políticas públicas educacionais que dialoguem com um Brasil de muitas dimensões e diversidades. Esse cenário, clama pela valorização da educação e dos seus atores, e de um alargamento de diálogos entre o sistema político, universidades e outros organismos vinculados à educação. Diante o exposto, inferimos que: trabalhos como esses apresentados no volume 2 desta Coletânea, mostram o potencial científico e de intervenção social que advém das investigações desenvolvidas nos liames da educação.

Nessa direção, o volume 2 da Coletânea, estabelece uma teia dialógica que perpassa pela educação, promovendo a integração de termos que direcionam o pensar e a reflexão científica rumo aos contextos - histórico, político, cultural e social -, dos quais pontuamos: aprendizagem, currículo, democratização, desenvolvimento profissional, desigualdade, direitos humanos, educação, ensino, formação de professores, gestão, história, política, entre outros. Com isso, desejamos a vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Teresa Ribeiro Pessoa

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO A IDENTIDADE E ROMPENDO O PRECONCEITO ATRAVÉS DA LUDICIDADE	
Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria Fernanda Pereira da Silva Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.0502021071	
CAPÍTULO 2	6
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A BNCC	
Reginaldo Aparecido de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021072	
CAPÍTULO 3	19
EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDO DE ESTATÍSTICA COMO MEIOS DE EMPODERAMENTO FEMININO	
Polyana Perosa Mirella Aguiar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0502021073	
CAPÍTULO 4	25
ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SENSIBILIZAÇÃO SOCIOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA COM ESTÁGIO CURRICULAR NAS ESCOLAS PÚBLICA ESTADUAIS NO SUDOESTE BAIANO	
Valdívia Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0502021074	
CAPÍTULO 5	38
ENSINO PROFISSIONAL SIGNIFICATIVO: A METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMO DIFERENCIAL	
Gerson dos Santos Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021075	
CAPÍTULO 6	64
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DESPROVIDA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, É POSSÍVEL?	
Jonatan Pereira da Silva Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021076	
CAPÍTULO 7	78
ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DIFERENÇAS INDIVIDUAIS EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: O CASO DE UM INSTITUTO FEDERAL BRASILEIRO	
Cicero Eduardo de Sousa Walter Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes Rafael Ângelo dos Santos Leite Polyana Carvalho Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0502021077	

CAPÍTULO 8	93
FORMAÇÃO DE EDUCADORES E OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEMPORANEIDADE	
Benjamim Machado de Oliveira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021078	
CAPÍTULO 9	103
FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL	
Talita Aparecida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021079	
CAPÍTULO 10	116
FORMANDO PARA A DOCÊNCIA: UM PROCESSO DE INVESTIMENTO NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
Isadora Ribeiro Ibiapina	
DOI 10.22533/at.ed.05020210710	
CAPÍTULO 11	128
GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA FERNANDO RODRIGUES DO CARMO EM SANTANA-AP	
Elivaldo Serrão Custódio	
DOI 10.22533/at.ed.05020210711	
CAPÍTULO 12	143
GESTÃO EMPREENDEDORA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: UM OLHAR SOBRE O GRUPO SCC	
Inara Antunes Vieira Willerding	
Roberto Rogério do Amaral	
Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.05020210712	
EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II	
CAPÍTULO 13	156
GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS FRENTE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROVA BRASIL	
Wanessa Vieira Modesto	
Ana Kely Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05020210713	
CAPÍTULO 14	172
INFORMÁTICA BÁSICA NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Claudemir Cosme da Silva	
Renata Makelly Tomaz do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.05020210714	
CAPÍTULO 15	181
JOÃO ALFREDO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL IMPERIAL	
Cíntia Farias	
Alberto Damasceno	
Suellem Pantoja	
Viviane Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.05020210715	

CAPÍTULO 16 190

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO

Silvanete Pereira dos Santos
Maria Onilma Moura Fernandes (In memoriam)
Sheila de Fatima Mangoli Rocha
Felipe Aleixo

DOI 10.22533/at.ed.05020210716

CAPÍTULO 17 204

MÁQUINA DE ONDAS ESTACIONÁRIAS DE DUAS FONTES

Guilherme Tavares Tel
Gabriel Felipe de Souza Gomes
Gabriel Tolardo Colombo
Luana Gonçalves
Paulo Vitor Altoé Brandão
Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.05020210717

CAPÍTULO 18 211

O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NUMA PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA

Tuany Inoue Pontalti Ramos

DOI 10.22533/at.ed.05020210718

CAPÍTULO 19 220

O HERÓI DOCENTE: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Roseli Vieira Pires
Kátia Barbosa Macêdo
Anna Flávia Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.05020210719

CAPÍTULO 20 234

O OLHAR ACADÊMICO/PIBIDIANO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior
Antonio Avelar Macedo Neri
Maria das Dores Alexandre Maia
Mayara Barros Bezerra
Oscar Soares de Araújo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.05020210720

CAPÍTULO 21 245

O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Selma Marquette Molina
João Clemente de Souza Neto

DOI 10.22533/at.ed.05020210721

CAPÍTULO 22 257

O PAPEL DO APEGO NO PROCESSO DE INSERIMENTO DA CRIANÇA NA CRECHE

Nathália Ferraz Freitas
Sorrana Penha Paz Landim
Cinthia Magda Fernandes Ariosi

DOI 10.22533/at.ed.05020210722

CAPÍTULO 23 266

O PÁTIO ESCOLAR E OS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: PROJETOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO – CAICÓ/RN

Aline Kelly Araújo dos Santos

Joseane Alves Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.05020210723

CAPÍTULO 24 274

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL COMO METODOLOGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Lidnei Ventura

Klalter Bez Fontana

Roselaine Ripa

DOI 10.22533/at.ed.05020210724

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 285

ÍNDICE REMISSIVO 287

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DESPROVIDA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, É POSSÍVEL?

Data de aceite: 01/07/2020

Jonatan Pereira da Silva

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de
Igarassu – FACIG
Igarassu – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/6908929090481276>

Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti

Escola Municipal da Guabiraba-Recife; SEE/PE
e Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de
Igarassu FACIG
Igarassu – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/2378069804407707>

José Santos Pereira

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de
Igarassu-FACIG
Igarassu – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/8461076064598404>

como Antunes (2014), Brandão (2008), Coelho (2009), Guará (2006), Moll (2008; 2011), Cavaliere (2006; 2007), dentre outros. Os resultados da investigação apontaram para uma resposta negativa ao questionamento proposto. De fato, é possível que uma escola de tempo integral não ofereça, necessariamente, uma educação integral. O aumento do tempo de permanência dos educandos na escola pode ser um fator contributivo ao acontecimento da educação integral, mas isso não é regra. Os alunos podem estar com integralidade de tempo na escola sem, com isto, terem suas necessidades atendidas em sua integralidade como pessoa, conforme propõe a educação integral.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação Integral. Escola de Tempo Integral.

FULL-TIME SCHOOL WITHOUT FULL EDUCATION, IT'S POSSIBLE?

ABSTRACT: This study discusses about integral education and full-time school. More precisely, it seeks to understand and show the relationship between these two important educational themes, in the sense of answering the following question: In a full-time school, is there necessarily integral education? In order to

RESUMO: O estudo aqui apresentado versa sobre a educação integral e a escola de tempo integral. Mais precisamente, busca-se compreender e mostrar a relação entre estes dois importantes temas educacionais, no sentido de responder o seguinte questionamento: Numa escola de tempo integral há, necessariamente, educação integral? Para alcançarmos o objetivo do estudo, respondendo à questão, realizamos pesquisa bibliográfica, dialogando com autores

reach the objective of the study and answer the question, we carried out a bibliographical research, dialoguing with important authors of the pedagogical literature, such as Antunes (2014), Brandão (2008), Coelho (2009), Guará (2006), Moll (2008; 2011) Cavaliere (2006, 2007), among others. The results of the investigation pointed to a negative response to the proposed questioning. In fact, the full-time school may not offer integral education. The increase in the length of stay of students in school can be a contributory factor to the event of integral education, but this is not a rule. The students can be full time at school without having their needs met in their entirety as a person, as it is proposed by the integral education.

KEYWORDS: Education. Integral education. Full-time school.

1 | INTRODUÇÃO

O ser humano é bastante complexo. É constituído de áreas diversas que formam sua integralidade. É um ser físico, social, psíquico, dotado de emoções, de intelecto, dentre outras características. A educação integral vê no homem, desde a infância, esta integralidade e propõe-se a abarcá-la no seu fazer educacional. Para tanto, o espaço escolar, onde a educação integral deve acontecer efetivamente (e ela acontece não só na escola, mas na escola deve acontecer, necessariamente), precisa adequar-se para oferecê-la. Uma das propostas de adequação envolve a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, com a criação das chamadas escolas de tempo integral. Presume-se, portanto, que manter os alunos mais tempo na escola implica em ter-se com isto condição mais favorável para a escola dar conta de alcançar o ideal educativo proposto pela educação integral. Atualmente, no Brasil, há um aumento considerável desse modelo de escola. O próprio Plano Nacional de Educação 2014-2024 estabelece como uma de suas metas o aumento do número de escolas de tempo integral. Entretanto, uma coisa é o Estado oferecer a escola de tempo integral, outra coisa é as escolas de tempo integral proporcionarem uma educação integral. É neste sentido que apresentamos esta pesquisa, buscando responder à questão: Numa escola de tempo integral há, necessariamente, educação integral?

Dois motivos, basicamente, justificam o estudo do tema em questão e o esforço empreendido na pesquisa. Primeiramente, por termos encontramos pouca produção acadêmica a respeito do assunto na faculdade onde cursamos a graduação. Deste modo, este trabalho busca contribuir na ampliação da produção de conteúdo referente à temática aqui abordada, ajudando a suprir, ainda que de modo bastante modesto, a referida carência. O segundo motivo diz respeito ao fato de trabalharmos numa escola de tempo integral e desejarmos nos apropriar de mais informações do tema, conhecendo melhor os fundamentos, pressupostos e práticas, tanto da educação integral como das escolas de tempo integral.

Como anteriormente dito, nosso objetivo é investigar a relação da educação integral

e da escola de tempo integral, no sentido de observar se, nesta relação, necessariamente, a escola de tempo integral oferece educação integral. A relevância dessa pesquisa se dá pelo fato de trazer esclarecimento quanto à citada relação, uma vez que é recorrente confundir-se os significados de uma e outra concepção, possivelmente em virtude da semelhança dos termos utilizados nas nomenclaturas, que formam um trocadilho capcioso. Objetivamos então elucidar cada uma, mostrando que são distintas, ainda que sejam complementares. É possível (e desejável) que a educação integral seja oferecida por escolas de tempo integral. Entretanto, nem toda escola onde há a ampliação do tempo de permanência dos alunos pode ser caracterizada como também ofertante de atendimento integral aos mesmos.

2 | EDUCAÇÃO: CONCEITUAÇÃO

Sem dúvida alguma, a educação é um dos componentes de maior repercussão dentre aqueles que, nos seres humanos, estão relacionados ao seu bom desenvolvimento e envolvimento enquanto seres integrantes de uma sociedade. Há exceções, é verdade. Nem todo ser humano bem educado é, necessariamente, bem relacionado. Entretanto, as exceções não representam parte significativa dentro do contingente tão amplo de seres humanos. Via de regra, a instrumentalização para um viver harmonioso em sociedade, bem como o provimento de criticidade e de conhecimentos que tornam um ser dotado de autonomia estão sob incumbência da educação.

Mas, afinal, o que é educação? Esta é uma questão fundamental e básica, que, ao respondê-la, vamos abrindo caminho e progredindo ao foco de interesse das nossas discussões: educação integral e escola de tempo integral. Considerando a educação em seu aspecto mais abrangente, pode-se afirmar que todo ser humano está, de algum modo, sob sua influência. Assim sendo, conforme afirma Brandão (2008, p. 7), “Ninguém escapa da educação.”.

A educação é, portanto, de caráter universal.

Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 2008, p.7)

Para Antunes (2014, p. 11, grifo nosso), “a palavra ‘educação’ nos remete ao ato ou efeito de educar, processo que busca o *desenvolvimento harmônico da pessoa nos seus aspectos intelectual, moral e físico, e sua inserção na sociedade*.”. Corroborando com esta definição, encontramos a do Dicionário Prático de Pedagogia, que assim dispõe: “É a ação exercida por meio de métodos particulares, com o objetivo de *desenvolvimento ou preparação social, intelectual, física, e afetiva* de uma criança ou jovem.” (QUEIROZ, 2011, p. 107, grifo nosso)

Apresentamos ainda a definição de educação pelo dicionário Aurélio: “Processo de *desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social.*” (FERREIRA, 1999, p.718, grifo nosso). Pode ter também a ideia de “*Aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas.*”, e “Conhecimento e prática dos usos de sociedade; civilidade, delicadeza, polidez, cortesia.” (IDEM, grifo nosso)

Como se pode notar, em seu conceito-base, a educação dá conta do desenvolvimento das esferas centrais dos seres humanos: física, intelectual, moral, afetiva e social. Ou seja, em outras palavras, ela abrange o indivíduo em sua totalidade, em sua integralidade, buscando o desenvolvimento harmônico das áreas que o constitui. Não é sem razão que Silva e Cavalcanti (2011, p. 11) afirmam ser a educação “um dos processos de maior importância dentro da sociedade, pelo papel social que ela tem no desenvolvimento dos indivíduos dentro do contexto social em que esse indivíduo vive e convive.”.

Outro interessante conceito é encontrado em Calleja (2008, p. 109). Em suas palavras,

A educação é a ação que desenvolvemos sobre as pessoas que formam a sociedade, com o fim de capacitá-las de maneira integral, consciente, eficiente e eficaz, que lhes permita formar um valor dos conteúdos adquiridos, significando-os em veículo direto com seu cotidiano, para atuar conseqüentemente a partir do processo educativo assimilado.

O desenvolvimento a que se propõe a educação está relacionado ao fato óbvio de que “a espécie humana nasce imatura tanto do ponto de vista biológico quanto de suas condições intelectuais” (ANTUNES, 2014, p. 11). A espécie humana vai, portanto, progredindo biológica e intelectualmente. No entanto, neste processo de desenvolvimento, não somos capazes, ainda conforme Antunes (2014), de dar conta de apreender instintivamente todas as nossas necessidades: por exemplo, as noções básicas de higiene e dos cuidados com o corpo e com a saúde, bem como inúmeros outros procedimentos necessários ao desejável harmonioso convívio social. A educação busca então suprir essa carência.

No sentido que estamos tratando, a educação dá-se (ou acontece) em qualquer espaço; até sem utilizar características que imprimam formalidade ao ato. Conforme Silva e Cavalcanti (2011, p. 12) apontam, neste modo a educação é “realizada através da ambiência e da convivência, do meio social em que vive o homem. [...] não obedece a padrões de tempo, [...] não obedece a ordens e normas.” Ou seja, esta é a educação que aprendemos no dia-a-dia, em família, com amigos, nas mídias eletrônicas, nas redes sociais, nos mais diversos espaços de interação.

Há, por outro lado, a educação que acontece num recinto específico, institucionalizada; esta é planejada, discutida, concebida; é “intencional, consciente, obedece a padrões, normas”. (SILVA E CAVALCANTI, 2011, p. 11); pode se denominar formal, formalizada. O espaço a que nos referimos é a escola, bem como a outros espaços que são a ela

equivalentes em seus ofícios.

Tendo compreendido o conceito-base de educação, é bom que se saiba que a abrangência do conceito não para por aí. Ele é, por assim dizer, bastante extensível. De tal modo que

A amplitude a que o conceito se presta permite que, atualmente, essa palavra se associe à educação do corpo e do movimento (física), aos cuidados essenciais da nutrição (alimentar), aos fundamentos da ética e da cidadania (moral). Mais ainda: alonga-se para a compreensão e sensibilização para a preservação da natureza (ambiental), para o conhecimento, compreensão e desenvolvimento da arte na história humana (artística), ao estudo e sensibilização para valores espirituais (religiosa), ao domínio de princípios mecânicos, e inúmeras outras. (ANTUNES, 2014, p.12).

Podemos ainda mencionar a educação do campo, a educação popular, a educação tecnológica, a educação a distância, dentre outras.

Cabe aqui ressaltar que, em virtude da própria diversidade cultural existente no mundo, entre os povos, a educação não se dá do mesmo modo para todos. Todos aprendem, é verdade. Mas aprendem em contextos diferentes, com particularidades únicas. Brandão (2008, p. 9, 10) ajuda-nos a compreender este fenômeno:

Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais *sem classes*, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas.

Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo, ou entre povos que se encontram. Existe entre povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos.

A educação é, como facilmente pode-se depreender a partir das definições apresentadas, um dos elementos de maior representatividade para a espécie humana, pois está comprometida com seu desenvolvimento integral desde a tenra idade. Ela é “o instrumento para a vida e para as conquistas idealizadas pelo homem.” (ANTUNES, 2014, p. 12).

3 | EDUCAÇÃO INTEGRAL

No capítulo anterior, nossa abordagem esteve relacionada à educação em seu sentido mais amplo. Apresentamos alguns conceitos a fim de melhor compreendermos a definição de educação. Agora nossa abordagem se volta à educação integral. O objetivo é fazer um levantamento bibliográfico, apresentando a educação integral enquanto concepção e mostrando suas principais características e proposições.

Conforme Coelho (2009, apud PAIVA et al, 2014), “a expressão ‘educação integral’ pode ser entendida como a oferta de uma educação completa para o indivíduo, considerando-o em sua condição multidimensional.”. Este conceito é corroborado por Gatti (2006, p. 16), que entende que

[...] quando se fala em educação integral, fala-se de uma concepção de ser humano que transcende as concepções redutoras que hoje predominam na educação, por exemplo, as que enfatizam apenas o homem cognitivo ou o homem afetivo.

E complementa:

A integralidade da pessoa humana abarca a intersecção dos aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial. Um processo educativo que se pretenda ‘integral’ trabalharia com todos estes aspectos de modo integrado — ou seja — a educação visaria à formação e ao desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo informacional. (Idem)

Nesta mesma linha de pensamento, Dutra (2014) endossa o aspecto distintivo da educação integral, qualificando-a como “uma educação voltada não apenas para a construção dos conhecimentos cognitivos, mas pautada por uma filosofia na qual o homem é sujeito da sua história e torna-se capaz de intervir na realidade e no seu contexto social, a fim de transformá-los.” (DUTRA, 2014, p. 25). “A concepção de educação integral que associa à formação integral traz o sujeito para o centro das indagações e preocupações da educação.” (GUARÁ, 2006, p. 16). Isso implica entender que

[...] todas as dimensões do projeto pedagógico (currículo, práticas educativas, recursos, agentes educativos, espaços e tempos) são construídas, permanentemente avaliadas e reorientadas a partir do contexto, interesses, necessidades de aprendizagem e desenvolvimento de cada educando. (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL)

Como notamos, educação integral pressupõe a ação educativa nas áreas todas constituintes dos indivíduos. Ela “reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado [...]. O desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros se dá conjuntamente.” (MAURÍCIO, 2009, apud PESTANA, 2014).

Quando comparamos os conceitos de educação (vistos no capítulo anterior) e educação integral percebemos a similaridade entre ambos. Logo, podemos dizer que a educação é, em sua essência, integral. Assim, o termo “integral” associado à educação apenas resgata, enfatiza e endossa a característica essencial da própria educação, sua integralidade.

3.1 Pressupostos da educação integral

Toda a educação integral é fundamentada em pressupostos. São as características elementares observáveis e conferíveis que singularizam a educação integral enquanto proposta e prática.

De acordo com Moll (2008), há dois pressupostos que estão diretamente ligados às reflexões sobre educação integral. Estes pressupostos “são complementares entre si”.

O primeiro refere-se à educação escolar pública, legado republicano, como direito inalienável de toda a sociedade e dever de Estado. O segundo refere-se à compreensão de que os processos educativos na contemporaneidade transcendem a instituição escolar – passam impreterivelmente pela escola – mas articulam-se, ou devem articular-se, a uma ampla rede de políticas sociais e culturais, de atores sociais e de equipamentos públicos. (MOLL, 2008, p. 12)

Isso significa dizer que a “Educação Integral pressupõe escola pública, de qualidade e para tod@s em articulação com espaços/políticas/atores que possibilitem a construção de novos territórios físicos e simbólicos de educação pública.”. (IDEM, grifos da autora)

O oferecimento da educação integral demanda o comprometimento do Estado em garantir condições necessárias à sua implementação. Há, inclusive, um dispositivo na Constituição Federal brasileira que prevê a ação direta do Estado na promoção do desenvolvimento integral da pessoa. Assim consta:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, *visando ao pleno desenvolvimento* da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205, grifos nossos)

Esse dispositivo é corroborado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que assim dispõe:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, *tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando*, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, Art. 2º, grifos nossos)

Como se percebe, tanto a Constituição Federal do Brasil, de 1988, como a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, de 1996, estão alinhados no sentido de que Estado e família devem atuar juntos, sendo corresponsáveis pelo pleno desenvolvimento da pessoa do educando. Plenitude e integralidade aqui denotam o mesmo conceito.

Além dos pressupostos destacados anteriormente, Moll, em outra publicação, elenca ainda outros 7 pressupostos referentes à educação integral, os quais listamos e, alguns, comentamos a seguir.

1. O direito a uma **educação de qualidade** é a peça chave para a ampliação e a garantia dos demais direitos humanos e sociais; o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2007-2022 (PDE) visa assegurar essa qualidade para todos. Planos Municipais e Estaduais de Educação a ele se articulam, seguindo a mesma lógica. (MOLL, 2011, p. 39, grifos da autora)

Para atender integralmente às necessidades dos alunos, a qualidade do atendimento é fundamental. A obtenção de efetivo resultado é, em grande parte, fruto de efetivo investimento.

2. A educação não se esgota no espaço físico da escola, nem no tempo de 4 ou 7 horas ou mais. A Educação realiza seu compromisso ético com a inclusão social quando se promovem **articulações e convivências entre programas** e serviços públicos, entre organizações governamentais e não-governamentais, entre espaços escolares e não-escolares.

3. A **escola faz parte de uma rede** de espaços institucionais e não institucionais que possibilitam a crianças, jovens e adultos compreender a sociedade em que vivem, construir juízos de valor, saberes, formas de estar no mundo e desenvolver integralmente sua humanidade.

4. Organizações e instituições da cidade precisam fortalecer a compreensão de que também são espaços educadores; **diferentes atores sociais podem agir como agentes educativos**.

5. A **escola** precisa fortalecer a compreensão de que **não é o único espaço educador da cidade**; qualquer outra organização ou instituição pode colaborar com a Educação Integral. (IDEM, grifos da autora)

A vida dos alunos não está restrita aos limites físicos da escola. A educação também não. Por este motivo, a educação integral deve levar em consideração a articulação com outros espaços, ainda que não escolares. Não é a escola o único espaço legítimo de aprendizagem. Outros espaços podem oferecer tanto potencial de aprendizagem como a escola.

6. Ficar mais tempo na escola não é necessariamente sinônimo de Educação Integral; passar **mais tempo em aprendizagens significativas**, sim. (IDEM, grifos da autora)

Este é exatamente o ponto a respeito do qual se desenvolve este trabalho de pesquisa. A educação integral pode estar atrelada ao tempo integral na escola. Entretanto, não é o simples fato de haver o tempo integral na escola que estará aí caracterizada a educação integral. Mais tempo na escola será de efetivo proveito se trazer consigo aprendizagem efetiva, aprendizagem significativa.

7. A escola tem posição estratégica entre os espaços educativos da cidade, como local onde todos os demais espaços públicos podem ser ressignificados e todos os demais projetos podem ser articulados, construindo-se [sic] um **Projeto Político Pedagógico** que contemple princípios, ações compartilhadas e intersetoriais, na direção de uma Educação Integral. (IDEM, grifos da autora)

A escola é o grande centro de articulação entre os demais espaços educativos; ela é o principal catalisador de promoção da educação integral. A partir dela se articulam as chamadas cidades educadoras, assim denominadas em virtude do potencial educativo que apresentam.

Assim, os pressupostos acima listados constituem, juntos à definição de educação integral, a própria identidade desta. O espaço escolar que se pretenda ou que se defina de educação integral sem estar em consonância com estes princípios não o estará sendo de fato.

4 | A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

A partir deste ponto, nosso objeto de estudo passa a ser a escola de tempo integral, que, apesar da semelhança nomenclaturística com a educação integral, abordada no capítulo anterior, com ela não se confunde, ainda que, inegavelmente, possam ambas

caminhar juntas, produzindo resultados ainda mais expressivos em experiências educacionais.

O objetivo deste capítulo é fazer uma apresentação da escola de tempo integral, conceituando-a, contextualizando-a e fazendo considerações a respeito de sua relação com a educação integral, mostrando que não se tratam de expressões sinônimas, mas que a escola de tempo integral pode apresentar-se (e realmente apresenta-se) um espaço bastante favorecedor para a implementação de uma educação integral.

Não é difícil definir escola de tempo integral, uma vez que esta definição está expressamente clara na própria nomenclatura. Conforme o Portal Educaçãointegral.org,

O termo Educação em Tempo Integral ou Escola de Tempo Integral diz respeito àquelas escolas e secretarias de educação que ampliaram a jornada escolar de seus estudantes, trazendo ou não novas disciplinas para o currículo escolar. (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL)

De acordo com Souza (2016, p. 30), “entende-se que educação em tempo integral implica na ampliação da jornada escolar, onde o espaço da escola se amplia nesse tempo.”. Portanto, vê-se que a característica que qualifica uma escola como sendo de tempo integral é a majoração do tempo de permanência dos alunos em seu espaço.

A esse respeito, conforme Leclerc e Moll (2012, p. 20),

O uso das expressões “tempo integral” e “jornada ampliada” é estabelecido com base no marco legal da política educacional. As políticas de ampliação de jornada deverão levar à educação em tempo integral, referenciadas pela cobertura do financiamento da educação, conforme o que estabelece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – Lei nº 11.494/2007. Em seu artigo 10, o tempo integral foi considerado como um dos tipos de matrícula a receber ponderação diferenciada para distribuição proporcional de recursos. Assim, passou a ser considerada como de tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares, conforme o artigo 4º do Decreto nº 6.253/2007. Isso representa um grande avanço em relação à modéstia do que foi disposto no art. 34 da Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) [...].

Obviamente, as implicações e discussões decorrentes da ampliação do tempo na escola constituem fator de maior relevância e preocupação entre estudiosos do tema, o que torna secundárias as preocupações com aspectos puramente terminológicos. Entretanto, faz-se necessário ressaltar os evidentes equívocos que os termos “escola de tempo integral” e “educação integral” podem suscitar. Eles podem facilmente ser confundidos e mencionados como se fossem a mesma coisa, como se, semanticamente, fossem idênticos. Esse fato é atestado nas palavras de Souza (2016, p. 30), quando aponta: “Muitos municípios conclamam estarem investindo na educação integral, sem perceberem que estão apenas ampliando o tempo escolar.”.

Como se vê, escola de tempo integral e educação integral, apesar da aparente semelhança de suas terminologias, são elementos distintos. O primeiro está relacionado a uma permanência maior dos alunos no espaço escolar, geralmente em jornadas a partir

de 7 horas diárias. É, portanto, integralidade de tempo. O segundo está relacionado ao tratamento dos alunos em sua plenitude de aspectos, que envolvem o físico, o cognitivo, o moral, o social, o afetivo, entre outros. Este é, portanto, de integralidade de atendimento humano. Este atendimento integral pode se dar numa escola de tempo integral ou numa escola de turno único.

Retomamos Moll (2011, p. 39, grifos da autora), que afirma que “Ficar mais tempo na escola não é necessariamente sinônimo de Educação Integral; passar **mais tempo em aprendizagens significativas**, sim.”.

Souza (2016, p. 32) corrobora com as palavras de Moll ao afirmar que

O processo de ensino não depende necessariamente do espaço circunscrito ao lócus escolar, uma vez que a aquisição de conhecimento é passível de acontecer na medida em que os sujeitos movimentam-se na direção do conhecimento ou a partir de espaços de socialização.

Ainda de acordo com Moll (2008, p. 11, grifo nosso), existe “a necessidade de ressignificação do espaço escolar, para que, *com ou sem ampliação de tempo*, a integralidade do desenvolvimento humano possa ser garantida.”.

Logo, se por um lado, escola em tempo integral não implica necessariamente em oferecimento de educação integral, por outro lado, não é obrigatoriedade ou pressuposto que, para que a educação integral aconteça, seja necessário aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola. Entretanto, para a educação integral, esta ampliação é bem-vinda e mesmo desejável, tendo em vista que, dada a ampla dimensão do atendimento proposto pela educação integral, maior quantidade de tempo pode implicar também melhores condições de, efetivamente, dar conta daquilo a que se propõe. Isso é melhor esclarecido nas palavras de Cavaliere (2007, p. 1016, grifo nosso), ao afirmar que

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) *ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desses às práticas e rotinas escolares*; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos.

Ainda sobre essa discussão, que é ampla, relacionada à escola de tempo integral, a autora assegura que

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infra-estrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções em uma escola em turno parcial, imediatamente centrada nos conteúdos escolares, dificilmente pode propiciar esse tipo de vivência. Nesse sentido,

ou seja, entendendo-se mais tempo como oportunidade de uma outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro. (IDEM, p. 1022, 1023)

Está aí apontado um dos cerne das discussões que envolvem a escola de tempo integral: o que proporcionar aos alunos, estando estes mais tempo na escola? Em outro texto, Cavaliere (2006, p. 101) argumenta que

Um tempo de escola organizado de forma convencional e meramente duplicado em horas é desnecessário e ineficaz. A proposta de ampliação do tempo diário de escola só faz sentido [...] se trazer uma reorganização inteligente desse tempo [...].

É pertinente destacar aqui o que argumenta Coelho (2002, p. 143 apud CELLA, 2010, p. 41), que reafirma o argumento anteriormente desenvolvido por Cavaliere:

Uma escola que funcione em tempo integral não pode ser apenas uma escola de dupla jornada, com repetição de tarefas e metodologias. Se assim o for, estaremos decretando a falência dessa concepção de ensino. Ao defendermos o tempo integral, fazemo-lo a partir também de uma concepção de educação que se fundamenta na formação integral do ser humano, onde todas as suas dimensões sejam enaltecidas; que se alicerça em atividades variadas, incluindo esportes, cultura, artes em geral; que experimenta metodologias diversas, e ocupa todos os espaços existentes no ambiente escolar.

Como se pode notar, são bem fundamentados os argumentos a favor da escola de tempo integral, especialmente, conquanto esteja preparada, pela razão de poder estar atrelada ao desenvolvimento da educação integral. Conforme salienta Cella (2010, p. 41) “se o tempo parcial da escola não é suficiente para o desenvolvimento das demais potencialidades dos sujeitos, a ampliação da jornada escolar é uma possibilidade de escola para um novo tempo [...]”.

5 | CONCLUSÃO

Chegamos então à conclusão de nosso trabalho de pesquisa. Detivemo-nos nele à análise da relação da educação integral e da escola de tempo integral, no sentido de averiguar se a educação integral constitui-se necessariamente um fator acontecente na escola de tempo integral. Nesta perspectiva, buscamos considerar os aspectos que julgamos, para a finalidade deste trabalho, mais relevantes.

Fizemos uma abordagem inicial, introdutória, a fim de identificar e tornar claro tanto a temática, propriamente dita, como nosso objetivo ao abordá-la. Em “Educação: conceituação” nos concentramos na educação, tomada em suas acepções gerais, buscando compreender sua definição. Em “Educação integral” dialogamos com diversos autores para trazer o conceito, as características e os pressupostos fundamentais da educação integral. Em seguida, em “A escola de tempo integral” abordamos a escola de tempo integral enquanto conceito, relacionando-a também à educação integral.

E a resposta à nossa problemática? Numa escola de tempo integral há, necessariamente, educação integral?

Ao analisarmos os conceitos e as definições de cada uma de nossas variáveis, compará-las e dialogarmos com pesquisadores, levantando assim um embasamento teórico consistente e, conforme cremos, suficiente para o alcance do objetivo proposto, não nos resta dúvidas quanto a afirmar que a resposta ao questionamento levantado é uma categórica negativa. A escola de tempo integral é, tanto em relação ao tempo, como em relação ao espaço (este, se bem estruturado), um importante favorecedor de promoção da educação integral. Entretanto, não é o único (nem o mais importante) aspecto para que a educação integral efetivamente aconteça. Portanto, aumento de carga horária não representa, ou não implica, necessariamente, atendimento às necessidades dos educandos em sua integralidade. Logo, é possível sim haver escola de tempo integral desprovida de educação integral. A semelhança das nomenclaturas tende a levar-nos, caso não as compreendamos bem, a incorrer no equívoco de tomá-las ou como sinônimas ou como elementos que andem necessariamente juntos. É preciso cuidado para não confundi-las, pois, como visto, não são a mesma coisa e nem sempre estão relacionadas.

Por fim, não temos a pretensão de, nos limites deste trabalho, dar por esgotado o assunto, mas contribuir para que a temática seja mais amplamente conhecida e estudada, uma vez que acreditamos em sua relevância e que seu aprofundamento e discussões a seu respeito trarão à tona muitas considerações ainda não contempladas. Salientamos que muitas nuances não foram analisadas em nossa abordagem e certamente serão por quem se detiver a aprofundar e pesquisar com afinco o tema, que é amplo e tem ganhado cada vez mais visibilidade e espaço nas pesquisas educacionais e nas políticas públicas governamentais brasileiras.

A propósito, por falarmos em políticas públicas, no Brasil, o estado de Pernambuco é um dos pioneiros na implementação das escolas de tempo integral para o ensino médio. Podemos então propor que o trabalho aqui apresentado seja realizado com o formato de pesquisa de campo nas Escolas de Referência em Ensino Médio do estado, que fazem parte do Programa de Educação Integral de Pernambuco. Tal pesquisa conferiria ainda mais força (força empírica) às constatações as quais aqui chegamos. Quiçá, o andamento desta pesquisa, e os resultados dela provenientes possam ser utilizados como instrumentos de avaliação da política de educação integral do estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Introdução à educação**. São Paulo: Paulus, 2014. Coleção Introduções.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 50. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. Coleção primeiros passos; 20.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de base. Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1362>>. Acesso em: 13 dez. 2016.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional**. Lei 9.394/96, de 20 dez. 1996. Brasília, DF. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- CALLEJA, José Manuel Juiz. **Os professores deste século**. Algumas reflexões. In: Revista Institucional Universidad Tecnológica del Chocó: Investigación, Biodiversidad y Desarrollo. 2008, p. 109-117.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Em busca do tempo de aprender**. Cadernos Cenpec, v. 1, n. 2, 2006, p. 90-101.
- _____. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. In: Educação & Sociedade: Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, out. 2007, p. 1015-1035.
- CELLA, Rosenei. **Educação de tempo integral no Brasil**: histórias, desafios e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo, 2010. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=190287>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **O que é educação integral?** Disponível em <<http://educacaointegral.org.br/conceito/>>. Acesso em: 17 dez. 2016.
- COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. **História (s) de educação integral**. In: MAURÍCIO, Lúcia Velloso. (org). **Educação Integral em Tempo Integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, 2009. p. 83-96.
- DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. **Educação integral no estado de Pernambuco**: uma política pública para o ensino médio. Recife: Editora UFPE, 2014.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. Florianópolis: Congresso de Educação Básica (COEB), 2013.
- GATTI, Bernardete. In: GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec, v. 1, n. 2, 2006.
- GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec, v. 1, n. 2, 2006.
- LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. **Educação integral em jornada diária ampliada**: universalidade e obrigatoriedade? In: LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. (org). **Políticas de educação integral em jornada ampliada**. Em Aberto, Brasília, v. 25, n. 88, 2012. p. 17-49.
- MOLL, Jaqueline. **Conceitos e pressupostos**: o que queremos dizer quando falamos de educação integral? In: BRASIL, MEC – TV Escola – Salto para o Futuro, Educação Integral, Ano XVIII, boletim 13, Ago. 2008. p. 11-16.

_____. (Org.). **Caminhos para elaborar uma proposta de educação integral em jornada ampliada: Como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem** In: BRASIL/SEB. Brasília, DF, 2011.

PESTANA, Simone Freire Paes. **Afinal, o que é educação integral?** Revista Contemporânea de Educação, v. 9, n. 17, jan./jun. 2014.

QUEIROZ, Tânia Dias. **Dicionário Prático de Pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2011.

SILVA, Régina Maria da; CAVALCANTI, Rilva José Pereira Uchôa. Atendimento educacional a criança hospitalizada: um olhar sobre a experiência do Instituto Materno Infantil de Pernambuco – IMIP. In: BASTOS, Maria Cristina Camarotti da Silva. (Org.) et al. **Múltiplos olhares atinentes a algumas modalidades de educação**. Olinda: Livro Rápido, 2011.

SOUZA, Edilson de. **Os sinais da educação integral (1960)**. In: Educação: Santa Maria, v. 41, n. 1, jan./abr. 2016. p. 27-40

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 151, 183

Apego 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Aprendizagem 2, 11, 12, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 152, 153, 157, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 200, 211, 213, 218, 234, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 256, 268, 269, 272, 286

C

Currículo 6, 7, 10, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 37, 69, 72, 97, 101, 103, 132, 168, 175, 179, 181, 190, 196, 201, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 264, 265, 285

D

Democratização 11, 118, 124, 136, 142, 163, 164, 239, 274, 275, 276, 277, 278, 280

Desenvolvimento Profissional 211, 212, 214, 215, 218, 219, 285

Desigualdade 20, 21, 98, 100, 103, 104, 107, 111, 199

Direitos Humanos 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 70, 256

Diversidade 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19, 68, 88, 97, 98, 100, 138, 153, 193, 249, 283, 284, 285

Docência 24, 37, 38, 41, 50, 93, 94, 109, 116, 117, 120, 122, 124, 125, 164, 191, 195, 196, 197, 201, 202, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 229, 231, 232, 234

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 50, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 244, 245, 246, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 282, 283, 284, 285, 286

Educação do Campo 68, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Educação Infantil 1, 2, 3, 4, 5, 13, 15, 133, 195, 199, 218, 258, 260, 261, 264, 268, 274, 275
Educação Integral 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77
Educação Sexual 19, 20, 21, 22
Emoções 65, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 114, 115
Empreendedorismo 143, 144, 145, 146, 147, 152, 154, 155
Ensino de Sociologia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37
Ensino Fundamental 13, 14, 16, 22, 50, 53, 56, 94, 97, 101, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 157,
159, 164, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 194, 195, 216, 218, 221, 268, 274, 275
Ensino Profissional 38, 43, 44, 59, 62
Ensino Superior 41, 120, 123, 164, 183, 220, 224, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241,
242, 243, 244, 285, 286
Estágio Curricular 25, 33, 35, 116, 123, 125
Estilos de Aprendizagem 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89
Estudo de Estatística 19, 20
Experimento Didático 204

F

Formação de Educadores 18, 93, 196
Formação de Professores 4, 18, 25, 33, 37, 98, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 179,
187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 202, 211, 212, 219, 236, 238, 244, 285, 286
Formação Docente 32, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 192, 195,
197, 219, 285

G

Gestão Democrática Participativa 128, 129, 130, 132, 133, 139, 141
Gestão Empreendedora 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155
Gestão Escolar 93, 131, 140, 156, 162, 171, 274, 275, 278, 279, 280, 284

H

História 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 14, 16, 21, 24, 39, 68, 69, 76, 95, 96, 101, 116, 120, 121, 127, 149,
181, 182, 188, 190, 194, 201, 202, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 229, 233, 245, 277, 282, 284, 286

I

Império 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 221, 277
Informática Básica 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180
Instrução Pública 181, 182, 183, 184, 185, 221

L

Ludicidade 1

O

Ondas 204, 205, 206, 208, 209, 210

P

Prática Educativa 63, 101, 118, 129, 130, 133, 141, 203, 244, 248, 249, 283

Práticas Avaliativas 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Prova Brasil 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

S

Socioeducação 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br